

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SESSÃO ORDINÁRIA DE

29 DE ABRIL DE 2019

ACTA N° 02/2019

(mandato 2017/2021)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

ATA N.º 2/2019

(mandato autárquico 2017/2021)

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE, REALIZADA NA CASA DO POVO DE CHACIM. -----

PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS -----

PRIMEIRO SECRETÁRIO – MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO -----

SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS -----

Eram quinze horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Elias de Jesus Monteiro Afonso, Acácio João Carvalho do espírito Santo, Ana Rita Simão Rodrigues, Maria Helena Lopes Gonçalves, Paulo Duarte da Silva Dias, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro e Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores Rogério Paulo Talhas Pires, Luís Miguel Pereira Vaz, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Francisco José Correia, Halestino Ernesto Gomes Pimentel, que na impossibilidade de estar presente foi substituído pelo Jorge Elias Venceslau Artilheiro, António José da Costa Vila Franca e Maria Zita Moura Regente, que faltou à reunião. -----

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediu substituição o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arcas, que se fez substituir pelo Secretário da Junta, Daniel Augusto Gonçalves Martins. -----

Estiveram também presentes, além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Elsa Carina da Silva Escobar e Rui Alexandre Serapicos Vilarinho e os Vereadores em regime de não permanência, Manuel Duarte Fernandes Moreno e José Luís Gonçalves Tomé Afonso. -----

Verificada a lista de presenças, dela constavam cinquenta e sete Deputados Municipais: Camilo António Moraes, Luís Miguel Pereira Vaz, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Henrique Manuel Crujo Mendes Palma, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, António Nuno Batista Mendes de Moraes, Manuel António Machado Carvalho, Humberto José Trovisco, José Carlos Moreira Silva Azevedo, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Manuel Alberto Rodrigues, Fernando Humberto Gomes, Paulo Jorge Ferreirinha, Joana Margarida Silveira Esteves da Silva Vaz, Rogério Paulo Talhas Pires, Maria Adelaide Alves Gonçalves

Batista, Ricardo Jorge Salsas Batista, Carla Margarida da Costa Palhau, Francisco José Correia, António José da Costa Vila Franca, Maria Inácia Ferreirinha, Maria Inês Falcão, Catarina Lúcia Pinto de Matos, Jorge Elias Venceslau Artilheiro, Helena Isabel Pires Seabra, Maria Inácia Rosa, António dos Santos Pires Afonso, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Celestino Alberto Carneiro Gonçalves, Daniel Augusto Gonçalves Martins, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio Mendes, Eduardo João Martins Pereira, António Luís Gomes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Augusto Maçaera Fraga, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Ramiro Borges Valadar, Rui Filipe Branco Lopes, João José Cunha Pinto, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, António João Alves Trovisco, Alípio Augusto Marcos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e Jorge Orlando Pires Asseiro.....

O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.....

De seguida, indagou junto dos presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente à ata da sessão ordinária do dia vinte e sete de abril de dois mil e dezoito. Não havendo quem pretendesse usar da palavra esta foi, posteriormente, posta à votação tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção, de membro que não esteve presente na reunião a que esta ata se refere.

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro)

Abertas as inscrições, usaram da palavra:.....

JOSÉ ANTÓNIO GÉNIO (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ É com muito gosto que eu, todos os membros da Junta de Freguesia e o povo de Chacim vos recebemos na Casa de todo o povo. Se fosse há alguns anos, teria dificuldade em aceitar este desafio e a realizar aqui esta Assembleia Municipal porque esta casa estava em ruínas. Em 2013, após uma reunião aqui ficou decidido que se tornaria uma aldeia de marca recebendo assim a distribuição do selo das aldeias de Portugal e foi também nessa reunião aprovado o projeto de recuperação desta casa do Povo, devemos esta obra ao anterior Executivo. Muito obrigado pelo apoio que nunca nos faltou.

Sr. Presidente da Câmara, gostaria que também esta sessão da Assembleia pudesse significar que não seremos esquecidos e que Chacim possa continuar a honrar o seu passado marcado pelo Pelourinho, no antigo edifício que foi Sede do Concelho nas Ruínas do Real Filatório de Chacim e o Colégio que tanta gente formou, pelo Convento de Balsamão e na Feira das



Cij
ca

Cebolas que tanta gente atrai. Para poder continuar a honrar o nosso passado e as pessoas de Chacim gostaria que: - 1.º fosse assegurada a visitação pelo menos ao fim-de-semana do Real Filatório, mantendo operacional o seu Centro Interpretativo; - 2.º estivesse em dia o pagamento referente ao protocolo celebrado com a Junta de Freguesia no âmbito das atividades de animação e apoio à família e que garantam o acompanhamento das crianças que frequentam o nosso estabelecimento escolar; - 3.º incluir nos roteiros municipais a visita ao valioso património histórico e natural do território de Chacim no âmbito do Geoparque, Turismo; - 4.º fosse promovida e valorizada a Feira das Cebolas que tão importante é para a nossa economia local e para a tradição do concelho; - 5.º revisão da Carta Educativa do concelho de Chacim, seja discriminada positivamente por possuir tantas e tão boas instalações educativas que podem ser usadas e valorizadas. Agradeço a vossa presença e tudo fizemos para que esta Sessão da Assembleia possa correr bem e com efeitos positivos para Chacim e para o concelho. Ficam também todos convidados para no final desta reunião para um pequeno lanche.” -----

JOÃO MANUEL RODRIGUES ALVES (PS) – Que disse: “ A minha intervenção de hoje vem no sentido de me congratular e agradecer à Câmara Municipal pela forma como decorreu o Entrudo Chocalheiro de 2019, dado que foi um sucesso a todos os níveis e pelo que a Comunicação Social dizia presume-se que estiveram em Podence e em consequência em outros lados cerca de 40 mil pessoas, o que provavelmente torna o Entrudo Chocalheiro um dos maiores eventos em Macedo de Cavaleiros. Por esta razão este evento é para continuar e para continuarmos a apoiar espero que se possível ainda com mais força. Para além disto quero também congratular-me pelo facto de os caretos de Podence terem sido convidados há muito pouco tempo para irem ao Benfica onde deram um grande espetáculo e tornaram Macedo de Cavaleiros numa localidade muito conhecida e para quem não sabia onde era Podence, estava bem escrito na placa exibida bem no centro do Estádio “Macedo de Cavaleiros” e o vídeo que o Benfica fez foi visto nesse dia por mais de 25 mil pessoas, o que significa que foi uma forma de promovermos o nosso concelho. Além disto tiveram também a oportunidade de serem convidados pelo Dr. António Costa, o nosso Primeiro-ministro para representar o Município no dia 25 de abril, o que foi também um sucesso. -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Começo por agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia de Chacim por nos receber na sua terra e a todas as pessoas de Chacim pela amabilidade com que nos emprestaram as vossas instalações. Esta é a segunda reunião descentralizada da Assembleia Municipal, uma boa iniciativa da parte do nosso Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Camilo Morais, que deve ser louvada por diversas razões, das quais destaco duas. Aproxima as pessoas das diferentes aldeias do poder local mostrando-lhes como funciona a democracia e os diferentes órgãos e em especial neste mês, o mês da liberdade. Demonstram os valores de abril, ao contrário de alguns discursos mais politizados, onde se destaca a obra feita ou a obra lançada em vez de se destacar os

valores de abril. Em segundo lugar mostra também aos diversos Presidentes de Junta e membros da Assembleia Municipal as condições em que as aldeias se encontram onde foi investido o dinheiro público dos orçamentos aprovados por alguns de nós e pelos anteriores executivos e dar-nos especial alento para continuarmos o nosso trabalho. Quando o dinheiro é bem investido e quando se dá condições aos nossos conterrâneos como por exemplo nesta Sede de Junta só podemos pensar que é o caminho que queremos para a nossa terra e que o caminho que estava a ser trilhado era o certo ao não discriminar aldeias em relação à Cidade, e, ao dar as melhores condições a quem mora fora e mais afastado da Sede do Concelho. Quero agradecer aos senhores Vereadores com Pelouro o apoio que me têm dado sempre que o solicito. Ao Sr. Vice-presidente Pedro Mascarenhas por me receber sempre e pelas palavras de conforto e de esperança com que saio do seu Gabinete. Pela atenção que dá aos problemas que lhe exponho e pela vontade que demonstra em resolvê-los, apesar de alguns não dependerem só da sua boa vontade e continuarem sem resolução. À senhora Vereadora Elsa Escobar pela abertura do Polo II da Universidade Sénior na aldeia de Murçós, a qual haveremos de alargar a toda a Freguesia, quando for possível, mas especialmente pela forma como geriu todo o processo, sem politiquices e com isenção para que todos ganhássemos com este processo desde os habitantes de Murçós à Instituição Universidade Sénior, à professora Elsa o meu muito obrigado. Ao Vereador Rui Vilarinho tenho um pequeno reparo a fazer. Apesar de já ter demonstrado várias vezes a minha abertura para trabalharmos em conjunto, como por exemplo na Feira da Agricultura onde a minha União de Freguesias teve uma participação muito superior a qualquer Freguesia e dessa forma fez com que a Feira da Agricultura não fosse um fiasco maior do que o que foi, o Vereador procedeu muito mal numa situação: mandou instalar equipamentos numa instalação executada, paga e gerida pela União de Freguesias, com o dinheiro da União de Freguesias e sem nos dar conhecimento ou sem o nosso consentimento. Sr. Vereador, isso não se faz e quero acreditar que o fez inocentemente porque ainda não sabe a forma como as coisas se processam e as etapas que devem seguir, mas, esta é a última vez que a minha União de Freguesias deixa passar um erro destes. Na próxima, se voltar a acontecer, o material será retirado e colocado à porta da Câmara Municipal porque quem gere a minha Freguesia é a Junta e não o Vereador. Foi para isso que nós fomos eleitos e que o povo nos escolheu. Por último, Sr. Presidente um ano e meio depois de ser eleito, um ano depois da conclusão da obra mandada executar pelo anterior executivo camarário, o asfalto da estrada de Valongo foi danificado pela substituição da conduta de água e que estava em projeto e orçamentado para ser reparado no final da obra, ainda não está feito, e a entrada da aldeia continua esburacada e com rasgos que atravessam essa estrada. Para terminar os raides de proteção e a sinalização vertical na estrada das Cabanas continua por fazer, até que um dia se dê um acidente e depois todos lamentaremos o sucedido. Foi alertado por 3 vezes em ofícios de novembro de 2017, outro de 2018 e fevereiro de 2019 e também verbalmente para esta situação. Só espero que não haja uma tragédia porque a Junta de freguesia demarca-se desde já, visto termos dado a conhecer a situação por diversas vezes e não ter verba nem obrigação de investir numa estrutura municipal." -----



Cij
celim

CATARINA LÚCIA PINTO DE MATOS (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ Estimados senhores, estamos a poucos dias de celebrar 20 anos de elevação de Macedo de Cavaleiros à categoria de Cidade e não gostaria de deixar passar esta data sem recordar que vivíamos há época uma franca e ascendente espiral de crescimento. Não foi por acaso a simpatia que nos atribuíram a categoria de Cidade, evidenciávamos indicadores claros, mensuráveis e números de crescimento. Doutra forma essa atribuição não teria sido possível. Penso que relativamente a este facto todos estarão de acordo comigo. Sobre os anos que se seguiram caríssimos senhores não tecerei qualquer comentário ou descrição, no entanto, este tema obriga-me a pensar na nossa condição de macedenses. Seremos nós bons filhos da terra? Esta reflexão permite-nos ter consciência de que os erros do passado não deverão voltar a ter eco no futuro. Regressando ao presente agora que os Relatórios de Contas, o Exercício de Prestação de Contas de 2018 revelam equilíbrio e apresenta alguma tranquilidade. É importante pensar o futuro de forma corajosa e determinada. É importante o aparecimento de ideias que contribuam para a sustentabilidade do nosso território, neste sentido, gostava de falar sobre o sucesso evidenciado de ano para ano do tema Caretos de Podence. Estão de parabéns a Câmara Municipal a anterior Câmara, a Junta de Freguesia, a Associação de Caretos de Podence e todos os jovens que voluntariamente se vestem de Caretos para representar e fazer perdurar a singularidade da nossa cultura. A meu ver, este tema tem “pano para mangas”, apresentam números de adesão de visitantes já muito significativo e considero que reúne as condições para avançar para um investimento mais arrojado que dê um enquadramento ainda mais nobre aos Caretos. Poderíamos fomentar a constituição de uma parceria público-privada com recurso a financiamentos com vista à criação de um parque temático do Careto, um investimento lowcost de 4 ou 5 milhões de euros, aplicado numa área arborizada de 8 ou 9 hectares cercados, que tivesse um pavilhão de entrada com bilheteiras, onde existisse um centro de interpretação de ruralidades, uma loja de recordações onde os nossos visitantes pudessem ser Caretos por um dia, onde existisse um circuito com representação e figuras de caretos, sons de chocalhos, caretos verdadeiros, com uma área de parque infantil, com uma área de desportos de aventura e com muitas outras coisas e que em associação com os percursos pedestres do Geoparque criados gratuitamente fosse apelativa aos nossos visitantes a permanência de duas ou mais noites no concelho. Gostaria que o nosso Executivo tivesse oportunidade de conhecer um projeto giríssimo que foi desenvolvido nos últimos dois anos no concelho da Lourinhã. Por fim gostaria de parabenizar o excelente trabalho desenvolvido pelo Pelouro da Cultura que prova que com um orçamento bem humilde mas com muita capacidade, boa vontade e iniciativa é possível dar aos macedenses aquilo que eles merecem. E, como diz o Maestro Gustavo Dudamel “o povo sem cultura é povo sem alma” muitos parabéns e muito obrigada.” --

EDGAR MANUEL RODRIGUES FRAGOSO (PSD) – Fez a seguinte intervenção “Pretendo fazer um reparo ao Sr. Presidente da Câmara e que tem a ver com as Cerimonias do 25 de Abril em que assinalaram a bandeira da democracia e da liberdade. Nesta cerimónia entendo

que não ficou muito bem que na parte da entrega dos prémios só houvesse pessoas para os entregar da parte do PS, pois nem os Vereadores do Executivo eleitos pelo PSD, nem tão pouco o Presidente da Junta de Freguesia de Macedo, embora pessoalmente o dispense, não foram convidados para entregar os prémios. Outra questão tem a ver com notícias que correm de que vão ser executadas obras desde a Rua Fonte do Paço até à Rua Pereira Charula e pretendia saber se estas obras são só para pavimentar a rua ou se vai ter também alguma intervenção em termos de infraestruturas, como é o caso da requalificação do saneamento e águas". -----

FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ Enquanto membro desta Assembleia Municipal é meu dever questionar os agentes políticos do Município sobre algumas questões de primordial importância para a vida dos habitantes deste concelho e, começo pela primeira: - o Sr. Presidente da Câmara já teve a oportunidade de se debruçar sobre um estudo da Universidade da Beira Interior sobre o desenvolvimento económico dos 308 concelhos deste país que colocava Macedo de Cavaleiros no desenvolvimento dos concelhos agrupados da NUT III Tâmega e Alto de Trás-os-Montes, no ano de 2012, quando este concelho de acordo com os dados estatísticos entrou em total depressão económica e onde ainda se encontra. O Sr. Presidente negociou no meu entender bem, o pagamento da dívida da água durante cerca de 20 anos, uma excelente medida para gerar folga financeira ao Município em cerca de 10 milhões de euros e as fugas continuam em cerca de 10% ao ano tendo em conta a referência de 31 de dezembro de 2018, nessa quantidade daqui a 20 anos teremos uma diferença entre o débito e a faturação na ordem dos 60% que tem uma tendência a aumentar. O Sr. Presidente está a tentar corrigir esta situação?” -----

JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD) – Que disse: “ A minha intervenção prende-se com o programa recentemente aprovado pelo Governo designado por Programa de Apoio à Redução Tarifária conhecido pela sigla (PART) e tem a ver com a redução de tarifas nos transportes públicos na generalidade do país. Quanto à medida em si, é excelente nada contra, tudo a favor. Já o que não me parece bem é depois o tipo de medida que se implementa relativamente às Comunidades Intermunicipais. No Site do Fundo Ambiental está lá presente um resumo das candidaturas efetuadas pelas 21 CIM's do país e pelas áreas Metropolitanas e o que verifico é que há uma grande disparidade de tratamento relativamente às CIM's, nomeadamente vejo que há CIM's que conseguiram implementar descontos/reduções de tarifas na ordem dos 50%, a maioria no Algarve e outras que fica muito aquém disso. Em particular a CIM de Trás-os-Montes à qual pertencemos e que efetivamente recebeu apenas uma verba de 175 mil euros e vai praticar uma redução de tarifas a partir de maio na ordem dos 15%. Ora, parece-me que isto é bastante injusto, isto viola a Constituição da República Portuguesa que obriga ao tratamento dos Cidadãos de forma equitativa. E, se repararem, por exemplo, Macedo de Cavaleiros está neste momento a tentar tornar-se um Polo do Ensino Superior Público, e muito bem depois da extinção do Ensino Superior Privado e temos



Cij
Celin

estudantes que se vão deslocar diariamente entre Macedo/Mirandela, Macedo/Bragança e outras localidades pois assim o esperamos. Tive o cuidado de me informar sobre qual é o valor praticado nos passes para esses estudantes e reparem: o passe mensal para Bragança custa 119,75€ e para Mirandela 101,30€ e um estudante do Porto paga 30€ pelo passe. O que acontece aqui é que há uma alocação de verbas de 175 mil euros à nossa CIM o que representa em termos do bolo global de 104 milhões de euros atribuídos, representa apenas 0.17% dessa verba, quando a nossa população representa grosso modo 1,25% da população do país. Penso que esta é uma situação gritante de desigualdade e de tratamento desigual entre cidadãos do mesmo país e gostaria de ouvir a posição do Sr. Presidente da Câmara relativamente a este tema." -----

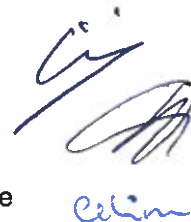
HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS) -. Fez a seguinte intervenção "Relativamente ao 25 de abril penso que é sempre um período de reflexão e de esperança que os seus ideais se realizem e concretizem mas, é nesses que todos temos a responsabilidade de os continuar a transmitir para os mais jovens, a liberdade e a tarefa contínua de democratizar são extremamente importantes nos dias de hoje. Assim, como não menos importante é respeitarmos a nossa diversidade e por isso não queria deixar de expressar a minha profunda satisfação e orgulho como macedense, no discurso dos nossos jovens. Foi muito bom ouvi-los e queria deixar aqui expressos os parabéns públicos por parte da bancada Socialista para eles. É muito importante tê-los sempre connosco e do nosso lado. Bem hajam. Queria também dar os parabéns públicos ao Sr. Presidente da Junta de Vilarinho de Agrochão pela realização de mais uma Feira do Folar. A sua evolução tem sido uma constante, continue sempre com essa preocupação que é o apoio constante às pessoas da sua Freguesia que se faz o desenvolvimento da mesma. O foliar de Vilarinho de Agrochão é já hoje um produto tradicional do nosso concelho e o passo seguinte é a sua qualificação e na próxima celebração da Feira em que se comemoram os 20 anos seria uma boa prenda para as pessoas que o fabricam portanto pense nisso Sr. Presidente". -----

ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Fez a seguinte intervenção: " Sr. Presidente da Câmara gostaria de lhe referir aqui dois assuntos que me preocupam e um deles tem a ver com a Feira Concelhia. Já passou um ano e meio e estamos perto dos dois anos em que o Sr. Presidente e o seu Executivo tem feito um ajuste do modelo de Feira Concelhia, um primeiro acerto em que foi um autêntico caos e um segundo acerto em que procurou de alguma maneira voltar ao modelo original mas, que persistiu num erro que quanto a mim acho que denota algum desconhecimento de uma dinâmica comercial, agrícola e até social do próprio concelho, ou seja, querer que uma Feira Concelhia aconteça aos sábados é um erro e é um desconhecimento total da dinâmica do concelho. A Feira Concelhia acaba por ser uma reminiscência do passado dos hábitos que as pessoas das aldeias tinham em ir à Vila e procuravam muitas das vezes ir ao Banco às Finanças e à própria Câmara e inclusivamente falar com o Presidente da Câmara e aos sábados não podem fazê-lo porque estes serviços

estão encerrados além de que quando as Feiras se realizam ao sábado esta quase não existe, portanto peço-lhe para não persistir neste erro porque não os leva a lado nenhum e por isso é preferível alterar novamente o modelo e voltar ao modelo antigo e bem entendo que os Feirantes não gostam porque coincide com a Feira de Bragança à sexta-feira mas para a população não é mais-valia nenhuma ter uma Feira ao sábado, portanto peço-lhe que analise e pondere este meu pedido para bem do povo deste concelho". -----

Um outro aspeto tem a ver com o seguinte: surgiu hoje uma notícia na Rádio Onda Livre em que o Sr. Presidente, não sei bem, se na qualidade de Presidente da Câmara se na qualidade de porta-voz da ULS vem dar-nos a notícia do investimento de 2,3 milhões de euros no nosso Hospital. Segundo as palavras da Deputada Municipal Catarina Matos que nos diz que pretendem investir num investimento Low cost de 5 milhões de euros nos Caretos de Podence considero o investimento no Hospital de Macedo de 2,3 milhões de euros muito Low Cost, este investimento de 2,3 milhões de euros no Hospital envergonha-me mas gostaria de saber se este investimento é para reparações ou se é para novos serviços no Hospital porque isso sim é uma grande mais-valia para o nosso Hospital. Sr. Presidente eu estou plenamente de acordo consigo e dou-lhe os parabéns se de alguma maneira com as suas boas influências conseguiu que este investimento fosse aqui feito mas também fiquei triste porque aqui nas minhas palavras não há politiquice, como alguns membros do seu partido às vezes dizem. Fiquei triste que de alguma maneira quando houve a remoção de camas do serviço de medicina interna deste Hospital o Sr. Presidente não tenha vindo à praça pública defender a população e o Hospital deste concelho". -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Disse: “após a última Assembleia Municipal, houve duas questões que não ficaram devidamente esclarecidas e por esse facto tem de o fazer hoje. Uma é relativamente às dívidas da água que como todos sabem, esta questão foi uma luta para o Município, tendo até referido na anterior reunião que esta regularização se devia a uma “Lei do Município”. Em boa verdade relativamente às dívidas havia dois planos, a dívida que existia às águas foi geral, a dívida que existia à Instituição Bancária a Câmara de Macedo de Cavaleiros lutou muito por isso e as pessoas não podem querer passar o pano por cima, pois foi este Executivo que fez isso e ainda bem que o fez porque assim têm alguma folga financeira para poder investir no concelho. Outra questão foi a intervenção de um Deputado do PSD, que até diz que não faz politiquice que veio falar do estado das estradas, e por isso aproveitou para dizer ao Sr. Presidente da Câmara que num ano e meio de mandato se calhar já teve tempo para arranjar todas as estradas do concelho, apesar de o anterior Executivo ter tido 16 anos para o fazer e não o fez. É lamentável que após um ano e meio de mandato venham aqui fazer essas observações e exigências. Sobre a Feira de S. Pedro toda a gente é sabedora que sempre fui um crítico e continuo a sê-lo pois não é porque a Câmara vai voltar a ter 8 dias de Feira que me vou calar, porque não o vou fazer. Respeito a ideia como sempre o fiz mas continuo a defender a minha tese e pergunto ao Sr. Presidente da Câmara qual o motivo para no corrente ano ter sido alterada. Questiono o Sr. Presidente da Câmara sobre a veracidade ou


celim

não do Município de Macedo de Cavaleiros ter a intenção de abandonar a Associação de Municípios da Terra Quente. Dou os parabéns pela forma como decorreram os festejos do Carnaval que no meu entender foi uma demonstração de uma boa organização pois tudo correu bem, dou por isso os parabéns a Freguesia de Podence, ao Município e a Associação Caretos de Podence. Quanto à Feira do Folar de Vilarinho de Agrochão aproveito para agradecer a todas as pessoas que estiveram presentes, apesar do mau tempo que se fez sentir nesse fim-de-semana e confirmo que estamos a pensar na certificação”. -----

CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD) – Fez a seguinte intervenção: “ Felicito os jovens em nome do Grupo Parlamentar do PSD que fizeram as intervenções nas Comemorações do 25 de Abril e dizer-lhe que foi com enorme prazer que abdicamos dos discursos políticos, para esses jovens e neste caso para a Carolina no corrente ano e no ano passado para a Ana Raquel e também felicitar os restantes grupos parlamentares por terem adotado exatamente o mesmo modelo e permitirem que os jovens tenham esta voz ativa pelo menos uma vez por ano. Por outro lado deixar aqui um reparo ao Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão da entrega de prémios da corrida da liberdade fazendo votos que no próximo ano não se sujeitem pessoas que são de Bragança, Alfândega da Fé, Mogadouro e outros sítios a levar com um discurso político de 45 minutos, onde se fala de 12 luminárias numa aldeia, onde se fala de 6 luminárias noutra, onde se fala na construção do muro no cemitério, na reparação da retroescavadora e muitas outras coisas que foram faladas naquele discurso. E, se de facto para nós que estamos nas funções que estamos e no dia que se comemorava nos parece fastidioso e desadequado um discurso desses num dia daqueles, de 25 de abril, que como eu já disse, nós e as outras forças políticas abdicamos de discursos políticos a favor de jovens que nos vão falar da experiência deles e daquilo que eles entendem do 25 de abril e de facto depois parece-nos exagerado que alguém de uma forma perfeitamente deliberada esteja 45 minutos a falar, não só para nós mas sujeita uma sala cheia só à espera de uma entrega de prémios. Por isto Sr. Presidente deixo este reparo e se o modelo se mantiver que pelo menos se libertem as pessoas de fora que com toda a certeza terão outras coisas mais interessantes para fazer nos Municípios deles e que naturalmente não têm de estar a levar com essas questões tal como aconteceu connosco. Relativamente a uma questão pertinente que o Deputado Municipal Manuel Mico aqui trouxe é bom que não se repita muitas vezes a “Lei de Macedo” porque um dia destes levamos com a inconstitucionalidade da Lei porque a Lei é geral e abstrata e como tal não pode haver leis feitas à medida. É estranho até na comunicação social ouvir que tantas vezes se enfatiza essa questão e que venham aqui dizer que se fazem leis à medida e se apadrinham leis de uma forma particular porque de facto isso viola a Constituição e não deveria acontecer, e, ainda que o fosse, ou ainda que o seja ou que o tenha sido com a influência deste Executivo, não deve ser repetido nem enfatizado porque isso pode trazer outro tipo de consequências que não devem constantemente ser trazidas a público”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

Começou por agradecer ao anfitrião deste dia o Presidente da Junta de Freguesia de Chacim, Sr. José Génio a quem agradeceu a sua total disponibilidade para poderem estar hoje, ali presentes para a realização da Assembleia Municipal descentralizada. E, prosseguiu para dizer: “É com gosto que estou, hoje presente na freguesia de Chacim, e que tenho estado nos últimos tempos, nomeadamente quando fui verificar as obras depois de terem sido feitas algumas reparações na Ribeira, no muro do Real Filatório e também no Pontão. Mas já lá tinha estado antes para ver o mau estado em que se encontrava, a convite do Dr. Menezes Cordeiro, mas que agora já está resolvido. Quanto à Freguesia de Chacim, tenho um particular carinho pela antiga Vila de Chacim e todo o seu património e quero honrar pelo facto de ser uma das aldeias de Portugal e a Câmara vai continuar a apostar nesta aldeia e Freguesia. Quanto às propostas e sugestões que o Sr. Génio fez vamos certamente ajudá-lo no propósito de as levar a bom cabo, nomeadamente as rotas do Geoparque, pois iremos fazer com que muitas delas partam de Chacim. Sobre a revisão da Carta Educativa irá ter também a sensibilidade da Câmara e a Feira das Cebolas iremos ajudar o máximo possível, pois pretendemos que de entre outras que existem, esta seja a melhor”. -----

“Sobre a intervenção do Deputado Municipal, João Alves congratulo-me com o seu comportamento enquanto Presidente de Junta que tudo tem feito para harmonizar as relações que no passado não eram boas, entre o Presidente de Junta e outras Instituições, nomeadamente o Executivo, ele tudo tem feito para que funcionem bem estas relações institucionais, pois temos estado sempre em harmonia com a Associação Caretos de Podence, acompanhando-os e articulando tudo o que sejam obras e promoções, pondo de parte as politiquices. Quanto ao Entrudo Chocalheiro também ele enquanto Presidente da União de Freguesias de Podence e Santa Combinha, está de parabéns porque foi feito com o exemplo do que são sinergias pois só trazem progresso e melhorias nos eventos. E, a sua articulação com as Caretos de Podence conseguiu produzir um evento que nunca se tinha conseguido até hoje”. -----

“Relativamente ao Deputado Municipal, David Martins, é de facto importante fazermos as Sessões da Assembleia Municipal descentralizada, e ainda bem que o Sr. Deputado o reconhece e espero um dia destes fazer uma das reuniões descentralizadas do executivo numa das suas Freguesias e espera que nos acolha bem como todos os outros Presidente de Junta onde já se realizaram, o fizeram. Esta proximidade é importante para a democracia porque nos permite ouvir as pessoas. Quanto aos valores de abril, o meu discurso nas comemorações do 25 de abril não foi politizado, foi antes no sentido de dizer o que me ia na alma, dizer que durante um ano e meio não consegui fazer nada e isso para mim não é democracia. Tive um orçamento estrangulado, a pagar dívidas e a negociar dívidas e estamos a pagar cerca de 1 milhão de euros de dívidas. Sobre a discriminação se há alguém nesta sala que foi discriminado fui eu e sei bem o que isso é, pois não se podem esquecer que também já


Eliu

fui Presidente de Junta e na altura o Executivo em funções dizia que enquanto eu fosse Presidente de Junta para Talhas ia zero e foi isso que aconteceu e o dinheiro que auferi enquanto Presidente de Junta foi todo para aquisição de uma carrinha para servir o povo, e, isto sim é que é democracia. No que diz respeito à Universidade Sénior de Murçós tenho de louvar a Vereadora da Cultura pelo serviço feito, porque isto é também um símbolo de liberdade e democracia, investir na descentralização. Sobre o que lhe disse relativamente ao asfalto da estrada de Valongo, este está sujeito às mesmas limitações que têm em todas as aldeias e já tive oportunidade de dizer ao David que o executivo pretende fazer progressivamente uma obra pequenina em cada uma das aldeias do concelho e fá-lo-emos mas como deve imaginar neste ano e meio em que estive de mãos atadas a tratar de pagar dívidas isso não foi possível. Quanto aos rails de cabanas o problema é igual, esta foi uma obra política de propaganda e campanha e que foi muito injusta pois tiraram o investimento noutras aldeias para ir só para Cabanas, mas o problema não é só esse, pior é que fizeram o investimento e não o pagaram e vai ser pago agora por este Executivo e como é que se planeia uma obra e não têm atenção que os rails são importantes por uma questão de segurança. Era bom que eles presumissem que rails são necessários para a obra ficar completa, portanto se de facto queriam fazer a obra faziam-na como devia ser. Agora se eu ainda não paguei o asfalto, como é que eu vou ter dinheiro para investir nos rails? ”. -----

“A intervenção da Deputada, Municipal Catarina Matos relativamente aos 20 anos de elevação de Macedo a Cidade, estamos de facto todos de parabéns. E, como disse a Deputada e muito bem a Cidade esteve numa espiral de crescimento e foi um dos motivos de que muito me orgulhei na altura, em ter abandonado uma carreira promissora no Litoral e ter vindo apostar na minha terra. E, na altura ajudou a que se continuasse com o Ensino Superior (dei aulas no Piaget) e tudo fiz para que continuasse mas, infelizmente as políticas de ensino mudaram e deixamos de ter gente para vir para o Instituto Jean Piaget de Macedo de Cavaleiros e tivemos que prosseguir doutra forma para manter a sustentabilidade do nosso Município. Mas penso que estamos no bom caminho. Já viram que têm ali gente que não faz política demagógica e que está interessada em colaborar e contamos com eles. Quanto à obra feita a Deputada tem razão e agradeço as suas palavras pois o que nos foi possível fazer neste ano e meio é aquilo que era possível fazer pagando dívidas, renegociando dívidas e acima de tudo permitir que haja equilíbrio e alguma igualdade entre as freguesias. Relativamente aos elogios feitos aos Caretos de Podence e também à sugestão dos trilhos pedestres posso dizer que já insisti nessa informação e somos o concelho do País com mais trilhos pedestres homologados. Temos tido iniciativas constantes sobre as caminhadas que nos permitem mostrar o território aos visitantes e aos amantes das caminhadas e até aos estrangeiros. A sugestão que deixou da Lourinhã, este território tem outras potencialidades que Macedo não tem. Agradeço os elogios feitos ao Pelouro da Cultura que de facto tem sido exemplar, pois com pouco dinheiro e boa gestão fazem um cartaz cultural que muito honra e dignifica o Município de Macedo”. -----

“No que diz respeito à intervenção do Deputado Municipal Edgar Fragoso que fez um reparo à democracia já tive oportunidade de dizer que para mim a democracia é o entendimento que fiz

no meu discurso do 25 de abril. É poder falar das minhas angústias e daquilo que ainda consegui fazer com o estrangulamento a que me condicionaram, pois teria sido bem melhor que me tivessem deixado uma herança sem dívidas e assim poderia investir com justiça em todas as Freguesias, pois planos não me faltavam. Quanto à metodologia adotada na entrega dos prémios estou completamente alheio e posso afirmar que me constrangeu um pouco o facto de não ter havido o chamamento de todas as pessoas que estavam envolvidas, mas politicamente não podemos invocar isso porque não eram pessoas do PS como é o caso dos Vereadores Rui Vilarinho e Elsa Escobar. No que diz respeito às obras das infraestruturas da Rua Fonte do Paço informo que há partes do trajeto da obra que terão substituição de infraestruturas e outras não, é só pavimento”.

“Sobre a intervenção do Deputado Municipal Fernando Gomes não conheço o Ranking mas o último que me enviaram foi sobre o city banking e posso dizer que apesar de tudo o Município de Macedo não está mal pois encontra-se acima do meio da tabela de todos os Municípios portugueses o que não é se tiverem em conta que somos um município pequeno e estamos no interior do País, mas estamos à frente de quase todos os do interior. No que diz respeito às águas e relativamente à renegociação da dívida que já permite ter algum fôlego financeiro já que nos permite dividir por 25 anos uma dívida que pode corresponder a 300 mil euros/ano. Assim ficamos com alguma folga financeira para poder investir nas Freguesias e na Cidade e em tudo o que temos necessidade de investimento. Sobre as perdas de água, neste momento podemos dizer que a Câmara melhorou bastante pois estávamos com perdas na ordem dos 84% e já vamos em cerca de 76% no corrente ano, mas contamos que vamos melhorar mais. Já temos o cadastro feito para nos podermos candidatar à abertura de Avisos que haja no sentido de podermos rever toda a estrutura de fornecimento de água”.

“Relativamente à intervenção do Deputado Municipal José Madalena a sua visão do PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária, e dos 15% é óbvio que nunca poderei concordar que haja discriminação nesta matéria e por isso serei sempre uma voz viva contra isso. Contudo estou em condições de lhe poder dizer que estes 15% foram atribuídos em função da verba que foi disponibilizada mas baseados em estudos feitos e estes, sobre a deslocação das pessoas, revelam que são grandes trajetos, logo mais caros, e nunca podiam ser comparticipados ao mesmo nível dos Municípios do Litoral, em termos de número de utilizadores e por isso ficamos sem argumento”.

“O Deputado Municipal Henrique Palma falou na realização da Feira do Folar em Vilarinho de Agrochão e felicito o Presidente desta Freguesia pela excelente organização. São já muitos anos e é uma organização “adulta” e se tivermos em conta a dimensão do território penso que esta é uma Feira em que temos de continuar a apostar e acima de tudo tendo em conta a essência do produto devemos pensar em apostar na qualificação e certificação deste produto e este será certamente o próximo passo. Quanto ao discurso dos jovens no 25 de Abril mais uma vez digo que o meu intuito não foi político e nunca o seria foi apenas para diversificar o tipo de discurso sobre a história do 25 de Abril. Já no passado sempre fiz este tipo de discurso, homenagear o 25 de abril e os capitães de abril, homenagear aqueles que sofreram às mãos



Handwritten signatures and initials in blue ink.

da ditadura e da censura e o que vi naquelas comemorações foi a oportunidade de mostrar o que é para mim democracia neste momento, que é poder contornar o problema que a Autarquia tem das dívidas e poder investir no território. Esse dia ficou também marcado pelos excelentes discursos dos jovens, e tive oportunidade de o dizer e agradecer os discursos que fizeram”. -----

“Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais sobre a Feira Concelhia informo que a questão da sua realização aos sábados foi discutida intensamente e o que aconteceu foi que ao estarmos a fazer coincidir a sua realização à sexta-feira com Bragança perdíamos claramente, então entre perder essas sextas-feiras ou perdermos os sábados que contabilizamos e eram dois ao longo do ano, não fazia sentido estarmos a mudar dois sábados porque os que iríamos perder para Bragança, era pior e isto foi feito a contento de todos os interessados, contrariamente ao que era feito no passado. Não compreendo de onde vieram os 5 milhões de euros para investir nos Caretos de Podence mas, os 2 milhões e 340 mil euros no Hospital utilizei-os com a permissão do Sr. Presidente do Conselho de Administração da ULS porque foi uma notícia que ele me deu na semana passada e com a qual obviamente fico muito feliz e orgulhoso porque realmente poderíamos ter investimento não só na eficiência energética mas também na qualidade e visibilidade que o nosso Hospital tem. No que diz respeito à perda de valências no Hospital de Macedo questioneei o Dr. Carlos Vaz que negou esta situação porque o que aconteceu foi que eliminaram camas suplementares que instalaram para o período da gripe. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico agradeço as suas palavras e mais uma vez aproveito para o parabenizar pela excelente organização da feira do Folar na sua Freguesia, que apesar do mau tempo o Executivo teve oportunidade de estar presente nos dois dias onde nos receberam muito bem. Quanto ao que se diz relativamente ao abandono da Associação de Municípios da Terra Quente informo que este não é um abandono efetivo mas sim uma ameaça que tem como objetivo defender os interesses do Município de Macedo de Cavaleiros, e, se a Câmara gasta cerca de 200 mil euros em quotas para uma Associação de Municípios, onde os trabalhadores da Associação de Municípios, nem são nossos e até contribuimos para os pagarem, a Sede é em Mirandela, houve uma altura em quiseram que fosse em Macedo e davam as instalações e foram contra e continuam constantemente a ter investimento fora do nosso Município e em troca o que nos fazem são projetos que muitas das vezes nem nos satisfazem e temos de perder mais tempo na execução de outros projetos. Ponderando isto temos de ter uma conversa muito séria com a Associação de Municípios e ver o que é mais conveniente para a Câmara”. -----

“Sobre a intervenção do Deputado Municipal Carlos Carneiro que é sempre com prazer que ouço as suas intervenções porque com estas dão-me oportunidade para poder esclarecer o público bem como a todos os presentes nas reuniões da Assembleia. Sobre os jovens intervenientes na Comemorações do 25 de Abril já disse o que tinha para dizer e o protagonismo para mim era dos jovens e se o meu discurso se tornou político a minha intenção era apenas revelar que para mim liberdade e democracia era poder ao fim de um ano e meio

ter contas certas e a oportunidade de para o ano no próximo orçamento poder dizer que podíamos começar a investir e a ter obra. Relativamente ao discurso que proferi que na minha opinião não tinha intenção política foi um discurso que eu quis para o povo macedense, não foi um discurso direcionado para os convidados de fora, que só tiveram que assistir ao mesmo por causa das condições meteorológicas ocorridas nesse dia”. -----

Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra. -----

FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS) – Disse ao Sr. Presidente da Câmara: “ Não sei quais são os estudos da Universidade da Beira Interior que o Sr. Presidente possui. O que eu sei é que a Câmara o tem, já foi debatido na Assembleia Municipal e depois disso foi colocado na “prateleira”. O referido estudo tem 40 indicadores, foi elaborado por José Rodrigues Pires Manso, Professor Catedrático da Universidade da Beira Interior responsável pelo Observatório e Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior, António Francisco de Matos, Professor Auxiliar da Universidade da Beira Interior e Fátima Gonçalves da Universidade da Beira Interior, Investigadora. O Relatório foi enviado para a Câmara e os Executivos anteriores não quiseram saber de nada, nem ligaram nada a esta questão, tal como fizeram com o problema da dívida às águas”. -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Disse: “ Sr. Presidente numa possível reunião do executivo pode crer que vai ser bem recebido na nossa aldeia porque as pessoas da Serra, tal como as pessoas de todo o concelho de Macedo sabem receber e nós continuamos a morar no reino maravilhoso e continuamos a dizer “entre, quem é?” Primeiro manda-se entrar e depois é que sabemos quem é. Em relação à discriminação o Sr. Presidente disse que enquanto foi Presidente de Junta a anterior Câmara disse que o senhor receberia zero e que iria ser discriminado. Eu, até ao momento, a única coisa que posso dizer é a mesma coisa, porque é o boato que se consta e eu não tenho nada para contrariar. Até agora tenho de estar de acordo com toda a gente que está com esse boato. O Sr. Presidente está sujeito às limitações devido à dívida, logo eu também estou sujeito às minhas limitações por não ter apoio da Câmara Municipal e o que acho estranho é que o que eu falei a obra de Valongo foi que era uma obra que estava orçada e lançada e estava a ser feita, a parte de paralelo também foi feita e a parte em alcatrão não foi. Já falei nisto fez em fevereiro um ano e um ano depois para taparem meia dúzia de buracos! A alguns Presidentes agora não lhe faz diferença, mas há dois anos atrás parece que fazia mas pelos vistos para esses agora tudo trabalha melhor. Relativamente às obras das campanhas eleitorais, as obras não são nem de campanhas nem de Executivos, são do povo. Esta Junta de Freguesia nunca vai ficar para o senhor José Génio, nem para o anterior Executivo vai ficar sempre para o povo de Chacim, tal como a estrada das Cabanas vai ser de toda a gente que lá quiser passar e não há obras de campanha nem de executivos. Para o Sr. Manuel Mico para quem agora tudo está a correr sobre rodas, pois não tem a mínima queixa mas, foi estranho quando disse “deixem-se de demagogias” e já não é a primeira vez



Cij
A
Celin

que este termo é usado na Assembleia Municipal e eu vou ser sincero eu não sabia o que isso quer dizer e então fui procurar ao dicionário e agora vou explicar o que é demagogia: sempre que alguém chega a esta Assembleia Municipal e fala contrário ao Executivo, se nós não vimos enaltecer a obra feita dizem-nos “deixem-se de demagogias”. Demagogia de acordo com o dicionário é – “discurso ou ação que visa manipular paixões e os sentimentos do eleitorado para conquista fácil do poder político”. Tinha ainda outra noção que era: “ Demagogia é um termo de origem grega que significa arte ou poder de conduzir o povo. É uma forma de atuação política na qual existe um claro interesse em manipular ou agradar à massa popular, incluindo promessas que muito provavelmente não serão realizadas, visando apenas a conquista do poder político e, ou outras vantagens co-relacionadas”. Pessoalmente não me revejo nesta definição. Promessas eleitorais minhas que estou na Junta de Freguesia de Espadanedo desde 1994, que entrei no primeiro mandato do Eng. Luís Vaz pelo PS, há 25 anos que estou na Junta de Freguesia e as minhas promessas nestes 25 anos foi “vou trabalhar e vou dar o melhor pela minha Freguesia”. Estas são as minhas promessas que até agora tenho cumprido. Promessas do Sr. Presidente à minha Freguesia são: trazer um posto de saúde, e disse isso em Murçós e Edroso. Em Espadanedo – habitação social, porque tem uma grande comunidade cigana e tem de saber agradar em todos os sítios. E em Murçós a estrada Murçós/Agrochão e porque não alcatroar esta estrada. E Edroso aqui tem o edifício da Junta? E porque não fazer um centro ocupacional? O Sr. Presidente lembra-se de tudo isto não lembra? Pena é que tenha sido só na campanha e que depois do dia 30 de setembro de 2017 não se tenha pensado mais na Serra nem em quem votou no Sr. Presidente, porque apesar de poucos houve gente que confiou e agora está a ser também discriminada junto com o rol que não tinha confiado.” -----

HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ Quando se tem telhados de vidro não vale a pena atirar pedras. Todos nós já temos uns anos destas coisas, por isso não será preciso recordar os discursos dos anteriores Executivos nos últimos anos. Tenham por favor bom senso, quem os ouvisse parecia que em Macedo se vivia num mar de rosas, não nos faltava nada, os comerciantes não tinham problemas, os nossos serviços de saúde locais e sociais era tudo do melhor, às nossas Juntas de Freguesia não lhes faltava nada, projetos para o desenvolvimento do concelho estavam todos em fase de aprovação ou alguns já aprovados, o progresso estava instalado. Passados 16 anos caímos naquilo que todos sabemos. Num dos piores concelhos do Distrito e igualmente num dos piores a nível nacional. Batemos todos os records no mau sentido em todos os índices para os quais o nosso concelho era avaliado. Mas os discursos eram sempre fantásticos. Será quer isto não é demagogia? Por isso quero expressar os meus parabéns ao atual Presidente, porque no seu discurso retratou muito bem a realidade e a verdade do que se passa no nosso concelho e todas as dificuldades que ainda todos vamos ter de atravessar, para se conseguir inverter este atraso económico e social que foi herdado e que todos os Macedenses querem que não volte a acontecer. Parabéns Sr. Presidente e todo o Executivo, estão no bom caminho.” -----

ANTÓNIO NUNO BAPTISTA MENDES DE MORAIS (PSD) – Disse” Pretendo corrigir o Sr. Presidente num aspeto pois o Sr. Presidente neste tom paroquial e de algum modo humorístico que nos envolve a todos e nos rodeia e que nos encanta, muitas das vezes quando as coisas não lhe correm bem ou quando a coisa não lhe é muito favorável passa por cima dela e não a explica muito bem e deixa o ónus da dúvida sobre a pessoa que a invocou. E quero dizer-lhe o seguinte, as camas de medicina interna eram camas de medicina interna e o Senhor Presidente tem pessoas no seu executivo que podem confirmar os dados que eu estou a dizer. Uma ULS veio alegar que eram camas indexadas ao programa da gripe, quero-lhe dizer que o programa de contingência da gripe começa dia 30 de outubro de 2018 e termina dia 30 de abril de 2019. E, há aqui nesta sala várias pessoas com formação médica e uma delas especificamente com formação específica em epidemiologia que sabem que os fatores de risco, persistem e persistiram até à última semana com temperaturas bastante baixas e tivemos uma população idosa neste nosso concelho em risco. Portanto é incompreensível que a ULS tenha alegadamente retirado como desculpa camas do serviço de medicina interna do nosso Hospital. E, volto a referir, se a desculpa é que eram camas indexadas ao programa da gripe, pergunto porque é que também não foram retiradas dos outros Hospitais? Porque é que só foram retiradas do nosso Hospital e não foram retiradas dos Hospitais de Bragança e Mirandela? E, eu nem lhe faço uma crítica Sr. Presidente o único reparo que lhe faço é o seguinte – eu até lhe dou os parabéns porque veio anunciar um investimento no nosso Hospital e fico muito contente, mas tenho de lhe dizer – porque é que não nos veio defender quando estas camas foram retiradas e veio dar a cobertura à ULS. Para que é que queremos obras no Hospital e um Hospital muito bonito se depois não vamos ter camas, nem médicos e vamos ter de mandar os doentes de Macedo para outros Hospitais?” -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Relativamente ao reparo que o Deputado fez sobre a Lei tenho para dizer que “quem não deve não teme. A Lei é uma forma de dizer porque não há nenhuma Lei subjetiva e acho que chamar ignorantes às pessoas não fica bem. Sei que a Lei tem de ser um todo e não especificamente e quero dizer que esta Câmara lutou muito para que a resolução da dívida às águas fosse incluída lá. Quanto à intervenção do David Martins , eu também tenho problemas com os buracos na estrada, pois ainda estão lá e continuam a estar mas quando em anos anteriores abordava esta questão os caros colegas Deputados riam-se, porque eu é que era o chato e o mau mas se bem se lembram até aqui mencionei o estado degradante em que se encontra a estrada que liga Podence e as Arcas. Isto é que é ser verdadeiro na política não é quando trova num lado foge para o outro e quando está muito sol fogem para o outro, isso é que é ser sério na política?” -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----



CJ
A
eli-

Começou por comentar a oportunidade da argumentação do Deputado Municipal Fernando Gomes para lhe dizer que o estudo que mencionou é de 2012 mas ele está a falar de resultados de 2018, que são coisas diferentes. Contudo agradeceu o trabalho que teve pois é com estas mais-valias que aprendem e crescem. -----

“Quanto à segunda intervenção do Deputado Municipal David Martins continuo a afirmar que ninguém me dá lições de democracia, nunca, pois se há alguém que alguma vez foi democrata fui eu sempre e fui dos mais revoltados contra a opressão, a injustiça e a discriminação e vou sê-lo sempre. Quanto à demagogia eu vou explicar-lhe o que é demagogia numa perspetiva grosseira e popular. Demagogia é o anterior Executivo ter feito a obra de Cabanas, a obra foi feita e agora nós temos cerca de 90 mil euros para pagar da referida obra. E, sabe quem vai pagar? Somos nós. Desses 90 mil euros cerca de 60 mil são de Cabanas, desses 60 mil investidos em Cabana, além do esforço que vocês fizeram, e eu já vos disse e continuo a louvar o vosso trabalho, porque do FEF que recebem também contribuíram e pagaram a vossa parte. Esse que nós vamos pagar, é um investimento, que à luz dos outros colegas que aqui estão é uma injustiça porque estou a discrimina-los. A Cabanas o meu Executivo vai pagar 60 mil euros e aos outros nada. Isto não é demagogia? Isto é manipulação da informação que se dá e veja a sua perspetiva e veja a minha. Entendeu agora o que é demagogia? Quanto às promessas eleitorais que eu fiz, falou aqui de algumas que eu aceito, porque eu quando digo é “eu vou colaborar”, eu não vou fazer tudo, mas vou colaborar porque as Juntas também têm alguma autonomia e devem colaborar. Eu prometi também que vos ia ajudar a fazer obra na Junta de Freguesia mas isso é quando tiver algum folgo financeiro, ou ia fazê-lo agora que tinha contas desequilibradas? Tem de compreender que eu não posso fazer um investimento numa obra que foi começada com o anterior Executivo e em que eu tenho custos agora se fizer ali algum investimento e o meu Executivo está a fazer um investimento equilibrado em todas as obras que são urgentes fazendo esperar as que não são tão urgentes. Relativamente à comunidade cigana posso dizer-lhe que até tenho ali uma mensagem enviada pelo Messenger por um cigano da sua freguesia a pedir-me que precisava de ajuda porque estava a dormir na rua, e, só queria que lhe fizessem uma casinha pequena. E, eu agora desafio o David. Com o FEF que você recebe que é maior que muitas freguesias que aqui estão vamos os dois em sinergia ajudar a fazer a casinha desse cigano.” -----

“Ao Deputado Municipal Nuno Morais que abordou a questão da ULS e das camas supostamente retiradas apenas posso dizer que me limitei a dar aqui, uma informação que me deram. Sobre o investimento todos se podem congratular com isso mas relativamente aos fatores de risco, a epidemiologia não foi dito em lado nenhum que não foram desativadas também camas nos outros Hospitais. O que me disseram é que as camas existem e estão lá”. -

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 2.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO N.º 4 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I

À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----

HUMBERTO JOSÉ TROVISCO (PSD) – “Relativamente à informação escrita e sobre a obra na Rua Pereira Charula e a sua pavimentação. A referida obra tem prazo de execução de 90 dias e consta da informação do Sr. Presidente que a obra já está em execução quando ela ainda nem foi iniciada. Assim, Sr. Presidente da Câmara se, a obra começar neste momento (90 dias) está em execução durante a realização da Feira de S. Pedro e por isso pretendia questionar o Sr. Presidente da Câmara porque se esta obra começar agora toda aquela rua irá ficar com pó e lama e há comerciantes na referida Rua que provavelmente se esta estiver em execução vão sentir na pele e nos seus negócios o facto desta obra estar em execução. Na minha opinião devem ponderar começar já a obra do Parque de Exposições até ao Centro da Cidade por forma a estar concluída na Feira de S. Pedro ou quando não que deixasse esta parte por começar e iniciasse pela Caixa Agrícola até ao Centro da Cidade”. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder à questão colocada pelo Senhor Deputado, informando que quando fizeram a assinatura da empreitada colocou esta questão da realização da Feira de S. Pedro a partir do dia 29 de junho ao que o empreiteiro lhe respondeu que não precisava de 3 meses para concluir a obra. Esta não teve início apenas por uma questão técnica devido aos feriados mas vai começar dia 2 de maio e se a fazem em menos de três meses pensa que não vão surgir obstáculos de que os comerciantes se possam vir a queixar e na Feira de S. Pedro estará concluída.-----

PONTO 2.2- DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2019 / 2.ª REVISÃO – PROPOSTA / APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte e dois de abril de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----

“DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2019 / 2.ª REVISÃO – PROPOSTA -----

Presente a proposta do Vice-Presidente da Câmara, Pedro Mascarenhas, que se transcreve. --

“ Justificação -----

O ponto 8.3.1 do POCAL regula as modificações aos documentos previsionais. As modificações aos documentos previsionais que deem lugar à inclusão ou anulação de projetos neles considerados (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal) ou que



se traduzam no aumento da receita e/ou da despesa prevista (Orçamento) dão, sempre, lugar à sua revisão. -----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos determinam o procedimento da revisão dos Documentos Previsionais em vigor, porquanto, em síntese, do lado das GOP'S, contemplam-se a criação de ações novas, com o conseqüente ajustamento de despesa e, do lado do Orçamento, apresentam-se alguns ajustamentos ao nível da receita, em resultado (i) de receitas deficientemente orçamentadas e (ii) da incorporação do saldo da gerência do ano de 2018 apurado. Por sua vez, do lado da despesa, a orçamentação das ações novas que vêm aumentar a despesa inicial. -----

Feita a justificação técnica da presente proposta, passo a destacar os principais aspetos que esta Revisão encerra. -----

Assim, -----

A) PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS -----

Reforço da ação 2018-I-13 – aquisição de terrenos para o parque urbano de Macedo de Cavaleiros, no montante de € 643.639,00. -----

B) PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL -----

Criação de três ações, as quais totalizam o encargo global de € 65.000,00. -----

C) ORÇAMENTO -----

Ao nível do orçamento da receita prevê-se a inscrição de um montante € 708.639,00. -----

Ao nível do orçamento da despesa, a orçamentação de cada uma das ações novas que se criam, bem como daquela que sofre ajustamento, cujo montante global corresponde à inscrição da receita. -----

Em suma, esta revisão apresenta os seguintes valores finais: -----

- Arrecadação de Receita: € 708.639,00 -----

- Previsão de Despesa: € 708.639,00 -----

Em face do exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta alteração, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

Os Documentos Previsionais de 2019 / 2.ª Revisão dão-se como transcritos, sendo rubricados pelos membros do Executivo, ficando a fazer parte integrante da ata e arquivados na pasta de documentos referentes a esta ata -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar a proposta referente à 2.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019 e, para efeitos do disposto no n.º 1, alínea a) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

Votação: 4 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Pedro Mascarenhas, Elsa Escobar e Rui Vilarinho) e duas abstenções (Duarte Moreno e Assunção Gemelgo) “” -----

Abertas as inscrições, usou da palavra. -----

DAVID DA SILVA MARTINS (PSD) – Que disse: “ Venho falar da 2.ª Revisão do documento enquanto Presidente de Junta, não como alguém do Pelouro da Ação Social ou da Segurança Social porque não pertença a nenhum dos dois e, normalmente resolvo os assuntos na Junta que têm a ver com a Junta e não por Facebook, Messenger, whatsapp, ou qualquer outra rede social. Sr. Presidente para quem dizia que a sua aldeia era a mais prejudicada no Plano e Orçamento de 2019 por não ter verbas inscritas no mesmo e o Sr. Presidente Inácio Roma devia estar chateado consigo, vejo que já devem ter feito as pazes o que me deixa bastante feliz visto ter retificado a situação com 50 mil euros, ou seja, 1/5 da verba que era para 30 freguesias inscrita na rubrica 080501 – transferência de capital da administração local continente – Freguesias. Para todos os presentes entenderem, e hoje como estamos numa aldeia e não estamos habituados a falar em tanto dinheiro, porque na realidade estamos a falar de 251 mil euros, para todos entenderem imaginem que a Câmara tinha 100€ para gastar em grandes obras com todas as freguesias do concelho que são 30, desses 100€, 20€ iam para Talhas, ficavam 80€ para as restantes 29. Ora se nós não discriminarmos ninguém e repartíssemos os 80 euros pelas 29 íamos ter €2.75 para cada um das outras Freguesias, enquanto Talhas ia ter 20€. Por ter votado contra o Orçamento e por não ter verbas inscritas nele e para manter o sentido de voto vou votar contra porque se mantém a situação de eu não continuar a ter verbas inscritas no orçamento, nem na 2.ª Revisão.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse ao Sr. Deputado “ Tem de se tornar mais modernos pois se atualmente têm jovens ciganos que já aderem às novas tecnologias, poupando dinheiro para a deslocação devia era congratular-se pelo facto de na sua freguesia haver pessoas que já utilizam por exemplo o Messenger. -----

Relativamente à oportunidade do investimento em Talhas que de facto quando começamos e fizemos o primeiro orçamento não estava previsto esse investimento. Devem saber quando foi assinado o Protocolo com o Ministério da Administração Interna e esta é uma questão de justiça já que Talhas é uma das aldeias periféricas mais populosa do concelho. Portanto se forem a ver em igualdade de população ainda é um investimento menor do que o de Cabanas”.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 35 votos a favor, 1 voto contra e 21 abstenções, deliberou aprovar os Documentos Previsionais de 2019 – 2.ª revisão. -----

PONTO 2.3- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 NOS TERMOS DO ARTIGO 33.º, N.º 1, ALÍNEA i) DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL / APRECIÇÃO E VOTAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA I) , N.º 2 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião de vinte e dois de abril de dois mil e dezanove, que se



Handwritten signatures and initials in blue ink.

transcreve. -----

“ PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2018 NOS TERMOS DO ARTIGO 33.º, N.º 1, ALÍNEA i) DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

Presente o documento de Prestação de Contas do exercício de 2018, o qual foi elaborado de acordo com as regras do POCAL e da resolução do Tribunal de Contas n.º 3/2012 – 2.ª Secção e n.º 4/2001 – 2.ª Secção, as quais regulam a organização e documentação das contas das Autarquias Locais perante aquela Entidade. -----

O Documento fica, devidamente rubricado, pelos membros do executivo, arquivado na pasta correspondente a esta reunião. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por maioria, deliberou, aprovar os Documentos de Prestação de Contas do exercício de 2018, e remetê-los à Assembleia Municipal nos termos da alínea l), n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

(Votação: 4 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Pedro Mascarenhas, Elsa Escobar e Rui Vilarinho) e duas abstenções (Duarte Moreno e Assunção Gemelgo).” -----

O Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato a informar que está presente na sala o auditor das Contas e a Mesa entende que pode haver Deputados Municipais que tenham dúvidas e pretendam ser esclarecidos. Em sede de Comissão Permanente fez essa proposta mas não houve consenso, contudo e tendo em conta que o Regimento desta Assembleia Municipal não prevê a possibilidade de o Sr. Auditor poder usar da palavra terá esta Assembleia Municipal de se pronunciar sobre a autorização ou não de o Sr. Auditor poder prestar eventuais esclarecimentos. -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra. -----

CATARINA LÚCIA PINTO DE MATOS (PS) – Que disse: “ Relativamente a esta questão e tendo em conta que tenho algumas questões a colocar sobre o ponto 2.3 – Prestação de Contas do Exercício de 2018, sobre algumas dúvidas que me surgem precisamente presentes no Relatório Externo, Certificação Legal de Contas, não me parece tecnicamente coerente, sendo este relatório proveniente de uma Entidade externa como é a BKR não me parece coerente que seja o Sr. Presidente da Câmara a dar uma resposta baseada numa informação técnica aqui presente. Portanto o meu voto claramente é no sentido de permitir e solicitar todo o apoio técnico ao qual temos direito, à qual a população tem direito, de um esclarecimento claro, isento e fundamentado.” -----

CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD) – Disse “Não está aqui em causa o Sr. Revisor Oficial de Contas, Dr. Luís Esteves, o qual tem oportunidade de conhecer há já alguns anos, por outras razões e pelo qual tenho enorme estima, mas está em causa de facto a regularidade e o funcionamento desta Assembleia. O que está em causa aqui nesta Assembleia é de facto tratar de questões de natureza política, pois não estamos aqui para tratar de questões de natureza técnica, pois as questões de natureza técnica estão plasmadas nos documentos que nos foram entregues e que os Srs. Deputados têm necessariamente que estudar e ler para se preparar, inclusive o Sr. Revisor Oficial de Contas emite um parecer que

está junto às Contas e que também foi enviado a todos os Deputados Municipais e tem lá reservas e todas as indicações que à partida devem estar devidamente esclarecedoras e clarificadoras para os Deputados Municipais. Agora, transformarem esta Assembleia numa Assembleia de natureza técnica é completamente errado e recorda que não está aqui em causa sonegar informação do que quer que seja porque das duas uma, ou questionamos aquilo que é feito pela empresa que tem a responsabilidade de auditar as contas e de as certificar, ou acreditamos que aquilo que lhes é fornecido é suficiente para nos debruçarmos sobre elas, e é isto que está aqui em causa. Não transformam esta Assembleia num órgão técnico ou vão mantê-la num órgão político que é aquilo que esta deve ser? E, lamento muito se na realidade o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores não estiverem devidamente preparados para darem essa resposta, porque é isso que supostamente deve acontecer e não tem de se transformar nem tem de haver necessidade que isto se verifique. Até porque se repararem à imagem da Assembleia da República, se queriam que isto acontecesse com clareza para todos podiam, e já que existe uma Comissão de Orçamento e Finanças, na qual o Sr. Revisor Oficial de Contas poderia e deveria ter estado, ou então essa Comissão poderia eventualmente convocá-lo para que clarificasse qualquer questão em Sede de Comissão. Aliás, alguns dos presentes já viu estar na Assembleia da República algum Revisor Oficial de Contas ou algum Técnico a dar algum tipo de explicações aos Srs. Deputados? Não. Esses Técnicos vão às Comissões especializadas onde clarificam as questões e explicam o que têm de explicar e onde as pessoas especializadas sobre o assunto se pronunciam e colocam as questões que muito bem entendem. Para concluir entendo que transformar este plenário em questões de natureza técnica, um dia destes, e tive oportunidade de dizer isto na Comissão Permanente, estamos a abrir aqui uma caixa de Pandora, porque se o Regimento não o permite e se vamos querer ultrapassar tudo com aquilo que aqui vamos votar hoje e que poderemos votar no futuro, então podemos rasgar o Regimento. Por outro lado, e de acordo com o disposto no n.º 1, alínea c) do artigo 19.º a Mesa nem pode apresentar propostas, só os Deputados Municipais o podem fazer, havendo aqui até um problema de competência (nem é do Presidente, nem da Mesa da Assembleia) e que saiba nenhum Deputado Municipal apresentou proposta nesse sentido. Votarei contra não por uma questão de sonegação de informação mas sim por uma questão de regularidade de funcionamento deste Plenário". -----

FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ É tradição e faz parte das normas financeiras que em discussão de matérias deste género na impossibilidade dos responsáveis terem capacidade de responder, que no mesmo possa usar da palavra os consultores, assessores e intermediários. Não vejo portanto qual a razão para este alarido e já agora pergunto se algum membro terá capacidade para responder às questões que eu pretendo colocar sobre este assunto, e também da parte da Câmara e da Assembleia Municipal ou até mesmo da Mesa desta Assembleia. Eu acho é que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal é muito legalista mas está a esquecer-se que o Regimento não impede que as pessoas sejam esclarecidas.” -----



Cis
B
Ces

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse: " o que acabou de dizer o Deputado Municipal Fernando Gomes reflete o meu estado de espírito em relação a esta questão. É uma questão puramente técnica mas, eu acho extremamente pertinente que todas as pessoas que aqui estão, inclusive eu, que não tenho conhecimentos para tal sejamos esclarecidos de forma clara, inequívoca e transparente sobre o Relatório de Contas e temos o direito de conhecer os pormenores técnicos deste Documento. Peço-vos, não façamos aqui manipulação, nem sequer manipulação de voto. Portanto sejamos esclarecidos porque este é um órgão democrático e temos de ter a oportunidade de conhecer a informação. Apelo portanto a que sejamos democratas e honestos e não sejamos políticos." -----

MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO (PS) – Fez a seguinte intervenção: " O que aconteceu na Comissão Permanente, infelizmente, foi o não haver aquele consenso, que tem existido até então mas naquele dia não foi possível e por isso chegou-se à conclusão deixar esta questão à consideração do Plenário, porque o Regimento da Assembleia Municipal é omissivo quanto a isto. Mas se é omissivo nem permite nem proíbe. Também quero referir ao Sr. Deputado que apesar de elemento da mesa da assembleia também sou deputado municipal, para isso fui eleito. Posto isto, o único órgão soberano para decidir se se deve ou não autorizar a intervenção do Auditor das Contas é a Assembleia Municipal. E, se for chumbada a minha proposta de colocar à votação a possível intervenção do técnico, que eu referi bem, possível, por não haver dúvidas respeitaremos, mas já ouvi aqui dizer que as há e havendo-as que sejam esclarecidas a bem de todos e desta Assembleia Municipal. Faço portanto a proposta de que esta assembleia, que essa sim é soberana em tudo o que é omissivo no Regimento, possa votar nesse sentido. A minha proposta é então que seja votada por esta assembleia se é, ou não de acordo que seja possível a intervenção do técnico para esclarecimento de dúvidas." -----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato a **proposta** do Deputado Municipal Manuel Carvalho à votação, que foi aprovada por maioria com 33 votos a favor, 21 votos contra e 3 abstenções. -----

Abertas as inscrições para uso da palavra, para pedido de esclarecimento ao técnico auditor, usaram da palavra. -----

CATRINA LÚCIA PINTO DE MATOS (PS) – Que disse: " Agradeço e enalteço a votação que deu origem à aprovação e ao direito deste esclarecimento técnico. A minha dúvida é a seguinte: - reporta-se precisamente ao relatório emitido e assinado pela BKR, relativo à Certificação Legal de Contas onde diz na página 2, eu quero saber qual é o significado desta reserva " ponto 5 – a rubrica disponibilidades apresenta um conjunto de diferenças não justificadas entre os registos contabilísticos e os extratos bancários, transitadas do exercício anterior no montante de 268.758,00€, as quais foram reduzidas ao ativo do Município. Adicionalmente e em sentido oposto existem diferenças originadas no exercício de 2018 no montante de 149.072,00€. A não revelação destas situações impede-nos de aferir sobre a razoabilidade dos valores apresentados". O que é que significa exatamente esta rubrica? -----

Seguidamente e em seguimento gostaria de saber como chegaram à seguinte conclusão: - A conciliação entre as respostas obtidas dos terceiros (fornecedores) à circularização efetuada nos registos contabilísticos do Município evidenciaram diferenças no montante aproximado de 70.600,00€. Em consequência o ativo e o passivo encontram-se subvalorizados no montante atrás referido. E, por último, pergunto o seguinte: tendo em conta estas regularidades que eu não percebo e que tenho o direito de compreender, questiono qual será a metodologia contabilística que vai ser aplicada para a boa resolução destes ajustes, pois eu, como empresária e tendo que dar conta ao Estado e às Finanças, não me é permitido tamanhos desajustes nas minhas contas.” -----

JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD) - Começou por abordar a questão dos prazos de entrega dos documentos aos Deputados Municipais. “Recebi os documentos na quarta-feira da semana passada e como já tinha compromissos marcados para quinta e sexta-feira dessa semana já não me permitiu reunir a Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Municipal, da qual sou Coordenador. E, só para poderem comparar, amanhã dia 30 de abril terei uma Assembleia em Mogadouro da Comunidade Intermunicipal, onde participarão outros Deputados desta Assembleia e já recebi os documentos no passado dia 19 de abril referentes ao Relatório de Contas da CIM de Trás-os-Montes. Pensa que se no passado o Partido Socialista criticou, e com razão, algumas vezes que os documentos foram entregues tardiamente, no presente continuam a repetir procedimentos e a entregar a documentação em cima da hora, dando a impressão que não querem que as pessoas leiam detalhadamente os documentos, o que lamento profundamente. Como referi gostaria de ter reunido a Comissão de Orçamento e Finanças, onde também gostaria de ter ouvido o Sr. representante do ROC mas como tal não foi possível colocarei aqui algumas dúvidas e questões que me surgem. -----

Numa análise da execução orçamental há aspetos positivos e aspetos que me suscitam dúvidas e do ponto de vista de execução parecem-me graus razoáveis e há um pequeno aumento na ordem dos 400 mil euros da capacidade de endividamento do Município. Mas há valores que me suscitam fortes dúvidas que têm que ver exatamente com as bases para a escusa de opinião emitidas pelo ROC há efetivamente aqui questões que se compreendem mal. Durante o exercício de 2018 foram considerados no balanço itens que têm a ver com o imobilizado e com as avaliações corpóreas que não constavam, foram feitas amortizações, que é de Lei mas há valores que parecem caídos do céu, ou seja não contêm uma base de fundamentação e as dúvidas que o ROC teve as mesmas dúvidas lhe surgem. Parece-me estranho também que sejam ali invocados, nomeadamente no ponto 5 a rubrica das disponibilidades apresenta um conjunto de diferenças não justificadas entre registos contabilísticos e os extratos bancários e remete para o exercício de 2017 mas, depois diz: “adicionalmente e em sentido oposto existem diferenças originadas no exercício de 2018 no montante de 149 mil euros. A não resolução destas situações impede-nos de aferir sobre a razoabilidade dos valores apresentados”. Então em 2018 também há problemas. A Deputada Municipal Catarina Matos já aqui referiu a questão que tem a ver do ponto 4 com processo de circularização do advogado relativamente às dívidas que foram remetidas para passivos



contingentes e depois questiona o que tem a ver com a aplicação dos resultados pois têm uma proposta de aplicação dos resultados na página 13, onde efetivamente a Câmara apresenta um resultado líquido do exercício de 741 mil euros e que, como é de Lei, vão 5% para reservas legais e o resto para resultados transitados e questiono sobre o seguinte e por isso coloco esta questão diretamente ao Dr. Luís Esteves – se considera adequado, ou não, ou se considera insuficiente o valor da provisão para riscos e encargos que neste momento está em 1 milhão 195 mil euros, e sofreu uma diminuição de 260 mil euros face ao ano passado, face ao montante global de responsabilidades dos processos judiciais em que o Município é Réu. No meu entender isto é claramente insuficiente. Como aspeto positivo que pretendo considerar é que se esteja a construir uma estrutura de contabilidade de custos que permita à Câmara aferir sobre os custos reais dos serviços prestados aos munícipes e de acordo com o ponto 2.8.3 do POCAL. Depois há outra questão que também tem a ver com o POCAL e esta também me suscitou dúvida que é em relação à Associação de Municípios da Terra Quente, há uma diminuição de verba na ordem de 1 milhão e 300 mil euros, o que é isto? É uma redução de capital, ou o que se passou aqui para haver este ajuste que não é explicado? Há portanto um conjunto de valores que me suscitam dúvidas e espero que sejam devidamente explicados”. ---

FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS) – Fez a seguinte intervenção: “ Quero em primeiro lugar dar os parabéns a esta Câmara pela forma como geriu racionalmente as Contas e o seu Relatório do ano de 2018. Apesar das dificuldades de termos encontrado uma casa completamente desarrumada e termos tido a necessidade de aprovar um orçamento desequilibrado as contas começam a ficar certas. Entre 2017 e 2018 o ativo aumentou 2,4 milhões de Euros, passando de 48,5 milhões de euros para 50,9 milhões de euros. As receitas do Município passaram de 15,9 milhões de euros em 2017 para 16,7 milhões de euros em 2018. Por outro lado a dívida (passivo) do Município desceu de 27,8 milhões de euros em 2017 para 25,5 milhões de euros em 2018, ou seja menos 2,3 milhões de euros, isto tudo mesmo tendo nós aprovado um orçamento desequilibrado no início. Os Auditores do Município referem na Certificação Legal das Contas que não obtiveram dos Auditores da AMTQT e da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A, os elementos que pediram. Pergunto: - porque razão não lhe forneceram os dados? – a Câmara de Macedo interveio no processo? Referem igualmente os nossos auditores que existem um conjunto de processos judiciais movidos contra o Município que não estão registados nas contas, ou seja, estão apenas divulgados nas contas. Pergunto: - de que valor estamos mais ou menos a falar? – Não estarem registados nas contas está correto? -----

Por último e talvez a questão mais central, os auditores emitem aquilo a que chamam “escusa de opinião” sobre as contas apresentadas pelo Município de Macedo, referindo que a situação tem a ver com a questão dos bens do Município e que o assunto já vem detrás. Pergunto: - se o assunto é assim tão grave e já vem detrás, porque razão só agora com esta equipa de auditoria é que existe uma “escusa de opinião? – já deveria ter acontecido no passado? – se sim, quer dizer que andamos a ter pareceres dos auditores não muito credíveis? – o que é que este Executivo vai fazer e para quando, de forma a resolver estes assuntos, que não são

fáceis? Sobre o Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD), sendo algo tão importante e tendo em conta as atividades do Município, como sejam o tratamento de milhares de dados pessoais (água, habitação social, educação pré-escolar, etc), qual o ponto da situação deste assunto e qual a data limite para a sua implementação? Pergunto se o Sr. Presidente da Câmara ou o Sr. presidente da Assembleia estão habilitados para responder a estas questões? Não estando só o auditor das contas o poderá fazer.” -----

MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS) – Disse: “Estou aqui pela questão política, deixando de lado a questão técnica, para quem apresentou um orçamento desequilibrado e lhes chamaram “maluquinhos”, que iríamos presos entre outras coisas, afinal passou um ano e estamos a apresentar contas e elas são equilibradas. As dívidas a terceiros diminuíram 2,1 milhões de euros, a receita aumentou para 17,086 milhões de euros e isto é um documento de análise comparativamente a realidade que é a Prestação de Contas e o que foi orçamentado e foi possível implementar estas medidas contra tudo e contra todos. Por isso a verdade é como o azeite na água, vem sempre ao de cima, e estamos cá porque quem não deve não teme e as Contas estão aqui. Há também algumas coisas que pretendo perguntar ao Sr. Revisor Oficial de Contas relativamente à questão da AMTQT e da Resíduos do Nordeste, porque isto já se mantém há muito tempo e não compreendo aquele valor de 1 milhão e 209 mil euros e relativamente à resposta obtida dos processos do advogado queria saber se este milhão 195 mil pretendia saber se ainda se reflete nesta Prestação de Contas as dívidas às águas ou se já foram retirados alguns desses montantes”. -----

De seguida o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Sr. Auditor, Dr. Luís Esteves que fez a seguinte intervenção. -----

DR. LUÍS ESTEVES (AUDITOR) – “A Certificação Legal das Contas é um documento técnico que contém uma linguagem técnica e que não é de fácil interpretação para qualquer pessoa. A função do Auditor é exatamente esta, e, abstraindo-me de todas as questões políticas, pois não sou político, nem estou aqui para isso, é uma obrigação do Auditor e para mim que participo em muitas Assembleias Gerais das Empresas isto é como se fosse uma Assembleia Geral, onde existe uma entidade, neste caso o Município que está a apresentar as suas demonstrações financeiras a um conjunto de pessoas que não são os acionistas mas são os representantes da população e que pretendem ser esclarecidos. Sendo portanto um documento técnico é obrigação do Auditor dentro das suas possibilidades esclarecer quem de direito e, é para isso que estarei aqui e estarei cá as vezes que for necessário e se efetivamente na Comissão de Orçamento e Finanças tivessem necessidade de um esclarecimento adicional teria todo o gosto em ter ajudado. Sendo então um documento técnico, é um documento que não é de fácil perceção para todas as pessoas e por isso irei começar por dizer o seguinte: - efetivamente o Município tem aquilo a que tecnicamente se designa “uma escusa de opinião”, isto quer dizer que as reservas, ou seja as dívidas que o Auditor tem sobre as Contas do Município de Macedo de Cavaleiros são de tal magnitude porque tem uma área, que é a área do imobilizado que fruto de quando foi feito o primeiro



inventário não fizeram algum trabalho adicional, neste momento não se consegue saber com rigor qual o montante do ativo, ou seja aquilo que é efetivamente do Município, qual é o Património do Município e fazer uma relação entre aquilo que é vosso, ou seja do Município e aquilo que a Contabilidade diz que efetivamente é do Município. E, significando esta rubrica do imobilizado cerca de 90% do seu ativo logicamente se eu não consigo saber se 90% está certo o que sobra é muito pouco. E respondendo à questão de um dos Deputados sim, já deveria ter sido colocada uma escusa de opinião desde sempre. Aliás os Srs. Deputados receberam no Relatório semestral e que eu estive lá na Assembleia, já lá era referido que se a situação não conseguisse ser resolvida até final do ano iria dar origem a uma escusa de opinião. Este é um trabalho que tem de ser feito daqui para a frente e foi recomendado aos serviços para fazer esse trabalho e o Órgão Executivo depois tomará as decisões que entender. Mas reafirmo já deveria ter sido colocada uma escusa de opinião e eventualmente esta teria alertado os Srs. Deputados na Assembleia que algo teria de ser feito adicionalmente aquilo que tinha sido feito até então. Ou então, porque não, tomar uma atitude diferente na Assembleia Municipal mas, isso é convosco, não é comigo, por esta firma eu respondo, o Relatório está assinado por mim, a responsabilidade é pessoal e intransmissível, é comigo e se alguma coisa houver todos nós respondemos. O que os outros fizeram a nós não nos diz respeito. Portanto em relação á questão do imobilizado sim efetivamente há um longo trabalho para fazer e só depois desse trabalho, é preciso fazer um trabalho enorme de verificar no terreno quais são os bens que são propriedade do Município, ver se estão registados na Contabilidade pelo valor correto, e este trabalho vai demorar meses, mas quando vão começar não faço a mínima ideia mas vai certamente demorar, mas não é a equipa de auditoria que vai despoletar esse trabalho, embora possamos ajudar naquilo que for possível. E, esta é a razão pelo qual o imobilizado provocou todas estas diferenças pois se olharem para as contas basta olhar para a rubrica de resultados transitados no balanço no património vê-se que há ali uma diferença enorme cerca de 3,4 milhões de euros e se forem à nota do 9.2 do Anexo às Contas está lá explicado, uma vez é para cima e outras vezes é para baixo e tem de chegar uma altura em que isto não pode acontecer e as coisas têm de estar em consonância. Havendo então esta dúvida e se eu não consigo saber se o património está todo, não consigo saber se as amortizações estão todas porque as amortizações resultam de uma aplicação de uma taxa ao património, e se eu não sei se o património está lá todo também não sei se as amortizações estão lá todas, nem se os subsídios ao investimento, o passivo, estará aquele valor ou devia estar outro. Depois colocaram-me outra questão, a Deputada Catarina, sobre a questão das disponibilidades e efetivamente isso que diz também é uma questão técnica e isto quer dizer o seguinte: nós fomos confrontados e aliás já no relatório sobre a situação económico-financeira vinha essa questão, de que não era prática dos serviços a elaboração das conciliações bancárias, que é compararmos o que está no banco com o que está na contabilidade. Isto parece uma coisa simples, mas não eram feitas, e não sendo feitas existe uma diferença por justificar, ou seja a contabilidade do Município de Macedo de Cavaleiros neste momento diz que tem mais 268.758,00€ do que efetivamente existe no banco. Portanto este trabalho é da principal conta

bancária e é um trabalho que vai ter que ser feito pelos serviços que já o estão a fazer e que ainda não terminaram e que eu reconheço que não será fácil porque têm de ir fazer um levantamento de todas as despesas e de todos os débitos que foram feitos no banco um a um e escapelizar para depois ajustar a contabilidade em conformidade. Portanto é verdade que 268.758,00€ vem do passado, mas a conciliação bancária é um procedimento obrigatório por Lei e se não era feito não estava em conformidade com a Lei. Mas de facto é verdade, 268.758,00€ podem vir do passado mas 149.000,00€ também já são do presente, ou seja de 2018, e isto aparece em 2018 porque como ainda não conseguiram limpar 2017 e passado o de 2018 ainda está a aguardar, mas é necessário limpar esta situação pois não podemos passar o ano de 2019 com isto até porque vai haver uma alteração significativa na Contabilidade a partir de 2020 com o novo normativo contabilístico e portanto estas situações vão ter de ser resolvidas. Já agora quando falava o Sr. Deputado na Contabilidade analítica, com o novo normativo contabilístico que o Município de Macedo de Cavaleiros, e bem, já está a tratar e note-se que é dos poucos daqui do Distrito de Bragança, essa situação fica resolvida porque o Normativo vai obrigar as demonstrações orçamentais que é uma transparência muito maior para vossa informação e também na implementação da contabilidade analítica no apuramento das taxas e das tarifas. Penso portanto que em termos das disponibilidades este trabalho está feito. Quanto à questão dos saldos destas divergências das dívidas, o que acontece? No trabalho da Auditoria são enviadas cartas de circularização para os terceiros que trabalham com o Município perguntando numa determinada data qual é a dívida com, ou para o Município e, nesta troca de correspondência foram identificadas diferenças entre aquilo que a Contabilidade do Município diz que tem e aquilo que efetivamente os terceiros dizem que lhe devem. Não quer dizer com isto que os terceiros tenham razão. O que aconteceu foi que os vossos fornecedores dizem que o Município deve mais 70.600,00€ do que aquilo que a Contabilidade neste momento apresenta. São diferenças que vêm, algumas com alguns anos não sabemos quanto, e que os serviços de Contabilidade estão a tratar e que portanto têm o ano de 2019 no máximo para resolver estas questões porque não faz sentido continuar a arrastar estas questões. Agora diferenças hão-de aparecer sempre não sei se a razão poderá ser de um lado ou poderá ser do outro e provavelmente poderemos até vir a contactar que as contas do Município é que estão corretas e não as dos terceiros. Outra questão tinha a ver com a previsão para riscos e encargos. Sim o Município tem cerca de 1 milhão e 195 mil euros de previsão para riscos e encargos. Na nossa opinião essas previsões até estarão um bocadinho prudentes, ou seja quando retiramos as Águas do Norte que é um processo que está a ser tratado e que está, segundo a informação que temos, à espera de uma decisão do Tribunal de Contas a previsão de riscos e encargos será suficiente, na nossa opinião pois não nos parece que haja responsabilidades que vêm novamente contra o Município que não estejam nas contas. Achamos que neste momento de acordo com a informação que temos que os dados estão prudentes, ou seja, daí que não tenhamos feito nenhuma referência negativa sobre esse aspeto. Quanto à questão dos passivos contingentes que levantaram, tem a ver o seguinte. E, o que são passivos contingentes? É quando qualquer um de nós levanta um processo contra o



Município e neste momento estão identificados cerca de 650 mil euros, e este valor é normal e esta é uma coisa que pode ser sim mas que também pode ser não e a probabilidade de ganhar se calhar é igual à probabilidade de perder, e dizem as normas contabilísticas, que é o que interessa, que os passivos contingentes não se registam, divulgam-se, ou seja, eu só deve registar uma potencial perda, ou uma potencial dívida que poderá surgir, quando eu tiver mais ou menos a certeza que vai acontecer e, neste aspeto, e bem, o Município divulgou, ou seja relatou e o valor aqui pelas nossas contas andar a rondar os 650 mil euros. Quanto à questão da Associação de Municípios da terra Quente Transmontana, não é normal que as filhas, porque a Associação de Municípios é considerada como uma filha, uma participada do Município de Macedo de Cavaleiros e portanto o Auditor da “mãe”, ou seja o Município de Macedo de Cavaleiros entrou em contacto, porque a isso obrigam as normas, com o Auditor da Associação de Municípios e deu-lhes um prazo para nos reportar as informações sobre as contas de Macedo de Cavaleiros e vocês têm nas vossas contas um valor onde o Município diz que a participação na Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana vale 1 milhão 231 mil e 372 euros, mas eu não faço ideia se vale aquilo porque nem contas nos enviaram, nem os Auditores da participada (filha) que deviam e que a isso estão obrigados e perguntar-me-ão: - mas então que culpa tem o Município de Macedo de Cavaleiros para ter aqui uma reserva? Muito simples as filhas têm de fechar as contas antes das mães e o assunto fica arrumado e depois têm de reportar. Isto é uma questão que não é aceitável, não termos recebido contas da Associação de Municípios e muito menos não termos recebido informação dos colegas Auditores e relativamente a isso não sabemos se estão certas ou se estão erradas. Podemos presumir que até estão certas mas, atenção se repararem no relatório intercalar que foi à Assembleia Municipal no final do ano de 2018 vêm lá uma série de reservas a dizer que os Auditores da Entidade da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana põe para lá uma série de reservas e não sei qual é a situação no final do ano. Quanto à resíduos do Nordeste a situação é igual, ou seja, apesar de nós só termos 11,2% do valor efetivamente os Auditores estão obrigados a reportar ao Auditor da Entidade “mãe”, sejamos nós, ou outros a informação a que são obrigados e não o fizeram e portanto se as contas da Resíduos do Nordeste estão certas ou erradas não faço a mínima ideia e eu não posso assinar um documento para Macedo de Cavaleiros se não tenho a informação sem dizer o que quer que seja.” -----

De seguida o **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Plenário se há mais alguma questão ou se toda a gente ficou esclarecida? Não houve quem pretendesse usar novamente da palavra. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse: “quero começar por agradecer a intervenção do Dr. Luís Esteves que como vimos foi de facto pragmático, objetivo e simples na abordagem que fez. É de facto um elemento credenciado e por alguma razão terá hoje ainda muito que fazer pelo País no sentido de esclarecer outras Assembleias. Agradeço essa parte do esclarecimento que aqui nos fez

tecnicamente. -----
E, eu agora faria uma abordagem dos itens das Contas do Exercício, neste caso política. -----
Começaria por um primeiro ponto o da execução orçamental – como foi dito iniciamos este orçamento com o não cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, estimando-se um défice inicial de cerca de 4 milhões 663 mil 469 euros no ano pretérito. A execução orçamental do exercício resultou no cumprimento desse equilíbrio, conforme resulta dos mapas de execução orçamental, pois a taxa de execução da receita como aqui foi dito em 2017 foi de 76,2%, em 2018 foi de 95,9%, estamos a falar de 17 milhões 714 mil euros. A taxa de execução da despesa foi em 2017 de 73,34% e em 2018 de 84,65%, cerca de 17 milhões 30 mil 487 euros portanto estamos a falar de um saldo positivo de 684 mil 252 euros, o que significa em termos de execução de orçamento o princípio do equilíbrio orçamental, portanto cumprimos. Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos tivemos uma taxa de execução de 93,19% quando em 2017 foi de 31,26%, 3 vezes mais. Relativamente ao resultado do exercício obteve-se um resultado líquido positivo de 741 mil 237 euros propondo-se a sua distribuição da forma indicada na página 13 resultante de custos de 16 milhões e 10 mil euros e proveitos de 16 milhões 751 mil euros. Relativamente à situação financeira e patrimonial eu destacava: - os empréstimos a médio e longo prazo que em 2017 eram de 3 milhões 913 mil 217 euros passaram para 2018 para quase menos 1 milhão, 2 milhões 975 mil euros. Nas dívidas a terceiros a médio e longo prazo temos cerca de 7 milhões 706 mil e 547 euros, aumentou face a 2017 em resultado da reestruturação da dívida da água. Relativamente à dívida a fornecedores tivemos em 2017 uma dívida que constava de 5 milhões 390 mil 796 euros e em 2018 1 milhão, 790 mil 615 euros. Na dívida global da Câmara Municipal fizemos um abatimento à dívida no montante de 2 milhões, 109 mil 445 euros, portanto estamos de parabéns. Relativamente ao prazo médio de pagamento, a 31 de dezembro de 2016 era de 320 dias e estávamos na lista vermelha dos rankings. No 4.º trimestre de 2017 ficou em 71 dias e baixou. A 31 de dezembro de 2017 a média dos trimestres era de 145 dias. Ainda não foi publicada a média do ano de 2018 mas seguramente será abaixo dos 70 dias. E, isto porque? Porque nós no 1.º trimestre tivemos uma média de 72 dias, no 2.º trimestre 67 dias, no 3.º trimestre 72 dias, portanto estamos convencidos que vamos não constar da lista de Municípios que têm pagamentos em atraso acima de 90 dias. Pela primeira vez desde que este diploma foi criado em 2012. Relativamente ao endividamento municipal e para terminar, eu diria que no ano em curso, e aqui permita-me Deputado Municipal José Madalena que corrija, falou que não aumentamos a capacidade de endividamento mas aumentamos em mais de 1 milhão, ou seja, neste momento, a nossa capacidade de endividamento é de 1 milhão, 584 mil portanto que fique bem claro que também aqui quadruplicamos a capacidade de endividamento, ou seja estamos no bom caminho, estamos com boas práticas, estamos bons pagadores, temos boas contas e certamente para o próximo ano quando aqui estivermos vamos ter orgulho no trabalho que fizemos. É transparência acima de tudo e boas contas. Portanto quero agradecer a toda a minha equipa ao Executivo e também ao esclarecimento que o Dr. Luís Esteves aqui nos fez hoje. Estão portanto todos de parabéns." -----



DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 33 votos a favor e 24 abstenções, deliberou aprovar o Documento de Prestação de Contas do Exercício de 2018. -----

APROVAÇÕES EM MINUTA-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto dois ponto dois e o ponto dois ponto três da ordem do dia. -----

PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, o excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----

Ninguém pretendeu usar da palavra. -----

Eram dezoito horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----

Camilo Prata

[Signature]

CEO - M. Prata
